

Suplicy exige explicação para aumento de tarifas bancárias

Senador acusa o Banco Central de ampliar liberdade das instituições financeiras na fixação das tarifas. Com isso, correntistas ficaram sem qualquer proteção

Comissão tenta saída para crise em Serra Pelada

Página 2

Benedita insiste em providências contra preconceito

Página 3

Josaphat quer informações sobre "mini-Sivam"

O senador Josaphat Marinho quer saber se a Polícia Federal está mesmo desenvolvendo um projeto paralelo ao Sivam para monitorar as rotas de contrabando da região amazônica. Em requerimento dirigido ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, Josaphat pede informações sobre o alcance real desse programa. **Página 3**

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem que vai apresentar requerimento dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, solicitando informações sobre a autorização dada pelo Banco Central (BC) para aumento de tarifas bancárias. Disse o senador que o BC ampliou enormemente a liberdade na fixação de tarifas por prestação de serviços bancários, "deixando os correntistas à mercê dos bancos".

Explicou Suplicy que as instituições bancárias poderão até mesmo cobrar pela manutenção de conta corrente, por lançamentos de débito ou crédito, mesmo no caso de contas para recebimento de pensões e aposentadorias.



Eduardo Suplicy

O senador considera sem consistência a alegação de representantes do governo de que a competição entre os bancos impedirá abusos nos aumentos de tarifas. Ele considera que o setor financeiro,

altamente dominado por conglomerados, mostra-se imune à "lei da livre concorrência". Citou levantamento da Fundação Getúlio Vargas segundo o qual 25 bancos concentram 80% dos ativos em poder das instituições financeiras. Esse fato, acrescentou, é suficiente para comprovar claramente "a concentração de poder econômico no setor bancário".

Para Eduardo Suplicy, o Banco Central, as autoridades financeiras e inclusive o presidente da República devem ouvir mais a sociedade como um todo e dar mais transparência a seus atos. O senador paulista disse que "seria altamente salutar se o Banco Central conseguisse sua independência do sistema financeiro".



Joel de Hollanda

Hollanda sugere rigor e educação para diminuir violência no trânsito

A imprudência e a imperícia dos motoristas foram a causa de 59% dos acidentes de trânsito no ano passado. Os dados foram citados ontem pelo senador Joel de Hollanda em discurso no qual destaca o trabalho desenvolvido pelo Movimento de Combate à Violência no

Trânsito. Para combater o problema, Hollanda sugere fiscalização eficiente e constante. Ele defendeu também as campanhas educativas que envolvam policiais militares, Detrans, colégios e meios de comunicação.

Página 3

Falência do setor têxtil preocupa Bernardo Cabral

Governo abre economia sem promover política industrial adequada, acusa senador. Pág. 4

Jefferson pede maturidade no tratamento das desigualdades

Para o senador, incentivos propostos pelos paulistas eram tão exagerados quanto os previstos para instalar indústrias no Nordeste

O problema das desigualdades regionais precisa ser tratado com maturidade, sem abrir uma guerra entre os estados da Federação. A advertência foi feita ontem pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM), para quem as desigualdades regionais devem ser solucionadas via Congresso Nacional, "de forma civilizada e consensual".

Dizendo não ser um "vereador federal", o senador condenou também a "teoria conspiratória de que há um imperialismo interno de São Paulo explorando o resto do Brasil".

Jefferson considerou um exagero que o plenário do Senado tenha decidido, na semana passada, adiar a votação de um projeto de resolução autorizando o governo de São Pau-

lo a emitir títulos para pagamento de precatórios.

O adiamento, segundo ele, foi um protesto contra a aprovação, pela Assembléia Legislativa de São Paulo, de uma lei que estabelecia a concessão de incentivos fiscais

para as indústrias que se instalassem naquele estado.

Entretanto, observou, o governador Mário Covas agiu com senso de responsabilidade e vetou dois artigos da lei aprovada, exatamente os que concediam isenções, contrariando a maioria da Assembléia Legislativa e setores empresariais paulistas.



Jefferson Peres

Para Jefferson Peres, os incentivos previstos pelos deputados paulistas eram tão exagerados quanto aqueles obtidos pelos parlamentares nordestinos junto ao governo federal, para pro-

mover a instalação de indústrias automobilísticas no Nordeste.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou a preocupação de Jefferson no sentido de que o caminho para tratar a guerra fiscal entre estados é o de uma política de superação das desigualdades regionais.



Ernandes Amorim

Comissão tenta resolver conflito em Serra Pelada

A Comissão Especial Temporária destinada a apurar a situação dos garimpeiros de Serra Pelada deverá ser instalada nesta quinta-feira (dia 1º). Criada por iniciativa do senador Ernandes Amorim (PMDB-RO), a comissão pretende elaborar relatório a ser encaminhado ao presidente da República, como subsídio para resolver o conflito entre garimpeiros e a Cia. Vale do Rio Doce (CVRD).

Por indicação das lideranças partidárias, integram a comissão, como titulares, os senadores Gilvam Borges (PMDB-AP), Bello Parga (PFL-MA), Coutinho Jorge (PSDB-PA), Sebastião Rocha (PDT-AP), Ademir Andrade (PSB-PA), Edison Lobão (PFL-MA) e Ernandes Amorim.

Antecipando-se à instalação, Ademir Andrade, Ernandes Amorim e Edison Lobão estiveram, há duas semanas, na área de Serra Pelada, onde se encontraram com cerca de 6 mil garimpeiros. A comissão tem o prazo de 30 dias, prorrogável por igual período, para conclusão de seus trabalhos.

Encontro discutirá informática aplicada ao Poder Legislativo

O 1º Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo será realizado nos dias 4, 5 e 6 de setembro, sob o patrocínio do Senado Federal. Com o objetivo de propiciar a troca de experiências e buscar novas soluções para o setor, o evento reunirá parlamentares federais, estaduais e municipais, e profissionais que se utilizam da informática legislativa.

O encontro, organizado pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) e pela Subsecretaria de Relações Públicas da Casa, se desenvolverá por meio de palestras técnicas e depoimentos de parlamentares a

respeito das suas experiências na utilização da informática como instrumento de apoio ao trabalho legislativo.

É a seguinte a temática proposta para o encontro: A experiência política/parlamentar na utilização da informática; Sistemas de apoio ao processo legislativo; Democratização do acesso às informações; Acervos de informações; Definições de padrões de armazenamento e recuperação; e Modernização dos Legislativos.

Já anunciaram sua adesão ao evento a Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Jornal do Senado está na Internet

O *Jornal do Senado* já está disponível via Internet. Assim os navegantes da rede poderão, a partir de um índice, ter acesso à agenda de trabalhos da Casa, conhecer os pronunciamentos feitos pelos senadores e acompanhar as decisões tomadas tanto em plenário quanto nas comissões técnicas.

A *home page*, elaborada sob a supervisão do Centro Gráfico do Senado (Cegraf), com o apoio do Centro de Processamento de Dados da Casa (Prodasen), atende à recomendação da Mesa Diretora do Senado no sentido de democratizar a informação e aproximar o cidadão dos trabalhos legislativos. O endereço Internet do Senado é: <http://www.senado.gov.br>.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Hollanda estimula movimento de combate à violência no trânsito

Mais da metade dos acidentes nas rodovias federais em 95 foi causada por imprudência dos motoristas, segundo dados oficiais

O trabalho desenvolvido pelo Movimento de Combate à Violência no Trânsito, que congrega familiares e amigos de vítimas de acidentes de trânsito, foi destacado ontem pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE). Segundo ele, estudos realizados por esse movimento chegaram a algumas conclusões para a melhoria de qualidade do trânsito, tais como a necessidade de se combater a imprudência dos motoristas e de uma maior fiscalização dos veículos pelos órgãos competentes.

- Se a fiscalização for mais eficiente e constante, os rachas não acontecerão, e o número

de veículos trafegando sem condições de segurança, assim como o de motoristas imprudentes, embriagados ou sem habilitação será reduzido. Para diminuir os acidentes, o Movimento de Combate à Violência no Trânsito propõe que as campanhas educativas sejam permanentes, envolvendo policiais militares, Detrans, colégios e meios de comunicação - disse.

Joel de Hollanda citou dados do DNER demonstrando que 59% dos acidentes nas rodovias federais, no ano passado, foram devidos aos motoristas, 34% por causas desconhecidas,

7% por falhas mecânicas, defeitos nas vias e falta de sinalização. "Em resumo, pode-se afirmar que a maioria dos acidentes ocorre por imprudência ou imperícia dos condutores de veículos: excesso de velocidade, ultrapassagens arriscadas e embriaguez".

Para o senador, é indispensável o cuidado na construção e na conservação das estradas, pois os defeitos de engenharia são agravados pela sinalização inadequada ou pelo estado precário das rodovias. Outras medidas importantes, conforme Joel de Hollanda, são uma legislação penal mais rigorosa com os crimes de trânsito e exames mais apurados para se obter a Carteira Nacional de Habilitação.

Familiares das vítimas propõem campanhas educativas permanentes



Benedita da Silva

Benedita insiste em providência contra música racista

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse ontem que encaminhou expediente aos ministérios da Justiça e das Comunicações e a várias instituições pedindo informações sobre o que estão fazendo para que sejam cumpridas a Constituição e a Lei nº 7.716/89, que consideram crime inafiançável o preconceito racial, numa referência à música do cantor Tiririca *Veja os cabelos dela*. A Justiça do Rio de Janeiro considerou que a música atenta contra os valores humanos da mulher negra e mandou apreender o disco.

- Não temos nada contra o cantor Tiririca, mas não podemos permitir que, à luz do artigo 5º da Constituição e de outras legislações, a gravadora afirme que a juíza não tem competência para decidir que uma música é preconceituosa e induz ao racismo. Por isso, quero saber desses ministérios o que estão fazendo para cumprir a Constituição - frisou.

Conforme Benedita da Silva, caso a gravadora não obedeça à juíza, não será mais possível aceitar que uma pessoa diga que esta é uma sociedade democrática, "porque se estará passando por cima da Constituição". A senadora esclareceu que decidiu questionar os ministérios depois que viu vários órgãos de divulgação dando destaque a pessoas que defendem a música, sem abrir espaços a quem tem opinião contrária. "Quem cala, consente. E eu não vou me calar contra uma música que fere a dignidade dos negros."

Josaphat cobra explicação sobre "mini-Sivam"

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) apresentou ontem requerimento endereçado ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, para que ele explique se a Polícia Federal está desenvolvendo um projeto paralelo ao Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) para monitorar rotas de contrabando na região amazônica. No requerimento, ele indaga qual o alcance real desse programa, o orçamento e o órgão responsável por sua execução, e como o governo conciliará a aplicação do novo projeto com a amplitude do Sivam.

A providência de Josaphat Marinho foi provocada por notícia publicada no último dia 18, na *Folha de S. Paulo*, segundo a qual o governo estuda a compra de equipamen-



Josaphat Marinho

tos de controle do espaço aéreo, que pode incluir um radar. O projeto de vigilância em estudo, segundo o jornal, chama-se *Pró-Amazônia* e está orçado em US\$ 248,6 milhões, o que levou o senador a comentar que "parece um mini-Sivam". Ele considera fundamental que Nelson Jobim esclareça a existência desse novo

programa, por considerar absurda a necessidade de duas iniciativas paralelas para a vigilância de uma mesma área.

O senador também estranhou que a notícia sobre esse programa paralelo não tenha sido contestada por nenhum órgão do governo, e foi por aguardar uma manifestação governamental que demorou alguns dias até trazer o assunto a plenário. Conforme a notícia lida por Josaphat Marinho, a Polícia Federal reconhece a importância do Sivam para a Amazônia, mas prefere trabalhar com um sistema próprio de segurança, não ligado diretamente aos militares. O Sivam é um programa controlado pelo Ministério da Aeronáutica e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Cabral destaca crise do setor têxtil

Indústria brasileira, na opinião do senador, pode fazer frente à concorrência externa, no processo de globalização, desde que o governo institua política adequada ao segmento

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou ontem que o Brasil, ao abrir sua economia a fim de participar do processo de globalização, procedeu, em relação ao setor têxtil, sem uma política industrial adequada. Para o senador, há uma desconexão entre o que o governo pretende e o que realiza.

— Nós somos presa fácil desse capital estrangeiro que, se não for fiscalizado, causará danos irreparáveis à indústria têxtil — disse o senador, acrescentando que a indústria bra-



Bernardo Cabral

sileira tem como concorrer com o mercado externo, desde que se ofereça igualdade de condições para essa com-

petição.

Cabral disse “que não será desestimulando o empresário brasileiro que venceremos a batalha no setor têxtil”. Entre os erros cometidos em prejuízo do setor, ele apontou a drástica redução das alíquotas de importação e a não-adoção de medidas de salvaguarda para essa indústria.

O senador lembrou que, nos países industrializados e em vias de desenvolvimento, a modernização e a estruturação do setor têxtil contam com políticas de comércio in-

ternacional e industrial ativas, beneficiando-o através de tarifas com alíquotas acima da média das respectivas indústrias.

Em apertes, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disse que o processo de globalização é inevitável, mas é preciso que o nosso País dele participe com responsabilidade, cautela e resguardando os interesses nacionais. A senadora Benedita da Silva (PT-RJ), apoiando o discurso de Cabral, pediu a adoção de uma política setorial têxtil.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) destacou ontem a atuação do governador petista do Distrito Federal, Cristovam Buarque, que, conforme disse, vem apresentando alternativas criativas ao modelo neoliberal instalado no País. Segundo a senadora, além de programas como Bolsa-Escola e Banco do Povo, já instituídos em Brasília pela administração do PT, o governo federal também está adotando, em sua política de reforma agrária, o modelo de assentamentos realizado em Brasília.

— O governo do Partido dos Trabalhadores, além da política educacional e social em benefício do povo da capital da República, está fazendo escola também na histórica questão da reforma agrária, que no Distrito Federal não se restringe à distribuição de

Governo do PT faz escola, diz Benedita

terra. Aqui, o sem-terra recebe o aporte técnico necessário à sua inserção no mercado formal da economia, com as agro-indústrias domésticas — disse.

Salientando que o programa Bolsa-Escola, criado pelo governo do DF, “está sendo implantado do Oiapoque ao Chur”, Benedita da Silva lembrou que, “durante a campanha de 1994, Brasília foi alçada à condição de vitrine do País e esse era um argumento dos adversários da Frente Brasília Popular, que alertavam para os riscos de a capital federal ser governada por um

militante do PT”.

— É exatamente no Distrito Federal, hoje com aproximadamente 2 milhões de habitantes, que se desenvolve uma alternativa econômica que resgata a prioridade pela dignidade e pela cidadania. O governador petista de Brasília aponta para todo o País os caminhos do combate à exclusão social, fruto maior do neoliberalismo — destacou.

Benedita da Silva afirmou que Brasília não escapa também do flagelo do desemprego, a seu ver provocado por uma política de estabilização

que cada vez mais “aumenta o fosso entre os poucos que têm muito e a legião cada vez maior dos que não têm nada”. Nesse aspecto, “mais uma vez é o governo petista que dá a receita”, disse a senadora, citando o lançamento ontem, pelo governo federal, do Banco do Povo, que vai atender à classe menos privilegiada da população.

— Este Banco do Povo já funciona em Brasília desde dezembro de 1995. É o BRB-Trabalho, programa do governo democrático e popular desenvolvido pela Secretaria de Trabalho do GDF e pelo Banco de Brasília, o BRB. Não sou eu, uma militante petista como Cristovam Buarque, que está dizendo isso. É o próprio governo federal que anuncia estar copiando o programa de Brasília, do governo petista — disse.

*“Brasília
combate a
exclusão social
e valoriza a
cidadania”*

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social — Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação — Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo — Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa — José do Carmo Andrade
■ Editores — Djuliba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação — Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos — Célio Azvedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal